

Comissão força Sarney a mudar Orçamento

O presidente José Sarney encaminhará amanhã ao Congresso Nacional uma nova proposta do Orçamento Geral da União para o próximo ano, com a elevação da meta de déficit da Administração direta federal de 0,1 para 0,3 a 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) para contemplar a ampliação das facilidades para a rolagem da dívida dos estados e municípios. A revisão da meta de déficit público decorre da decisão do Legislativo, transmitida pelo presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, de rejeitar novo aumento de impostos ou corte adicional de despesas na área social, como compensação a redução do pagamento dos serviços da dívida pelos governos estaduais e municipais.

Para Ulysses, o Executivo tem ampla margem de fixação da nova meta de déficit do caixa da União para 1989, entre os 2,26% do PIB, previsto na proposta orçamentária original de agosto, e o 0,1%, contido na emenda do projeto da lei dos meios da semana passada. "A redução do déficit público é uma necessidade, porém, não pode levar os estados à ingovernabilidade" — reiterou o presidente do PMDB.

Com a firme disposição de Ulysses e dos membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional de preservar o caixa dos governadores, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, comunicou ao presidente Sarney e aos ministros da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e

do Planejamento, João Batista de Abreu, a impossibilidade de compatibilizar a ampliação dos tetos de rolagem das dívidas estaduais e municipais com a meta do Executivo de zerar o déficit do setor público, no próximo ano.

Segundo Costa Couto, o importante é que o "pequeno déficit seja assimilável e, talvez, até compensável no decorrer de 1.989", com crescimento mais acentuado das receitas ou redução além do previsto das despesas. Após as sucessivas reuniões, ao longo do dia de ontem, ninguém quis comentar as novas propostas para a rolagem da dívida dos Estados e municípios. O relator da Comissão Mista do Orçamento, senador Almir Gabriel, pouco antes do segundo encontro com Costa Couto, ontem à noite, disse que já havia o entendimento político de que os estados terão condições realistas de rolagem de suas dívidas, mesmo à custa de pequeno déficit público.

Antes de receber pela segunda vez os membros da Comissão Mista de Orçamento, o ministro-chefe do Gabinete Civil discutiu com técnicos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República o desdobramento técnico do "acerto político" com os parlamentares. Um dos membros da comissão do Congresso antecipou, informalmente, que uma das alternativas mais viáveis para a cobertura do "pequeno déficit" de 1989 será a colocação líquida de cerca de Cr\$ 500 bilhões de títulos da dívida pública.

Às 19 e 30, o secretário de Or-

camento e Finanças do Planejamento, José Ribas Neto, levou a João Batista a informação de que a Comissão Mista de Orçamento adiou para a tarde de amanhã a apresentação do relatório do senador Almir Gabriel. Em consequência, o Executivo tem até a manhã desta segunda-feira para definir a terceira mensagem, com a nova emenda ao projeto de lei do Orçamento Geral da União.

Na sessão do início da noite de ontem da Comissão Mista de Orçamento, encerrada pelo adiamento da apresentação do relatório de Almir Gabriel, o deputado Israel Pinheiro (PFL-MG) comunicou ao presidente da comissão, Cid Carvalho (PMDB-MA), o sentimento da maioria dos parlamentares de que o presidente Sarney não deve ignorar a "declaração leviana" do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, de que o Congresso Nacional seria responsável por novo aumento de impostos, ao emendar a proposta orçamentária da União.

O deputado Walmor de Luca (PMDB-SC) levantou a suspeição de que, na reabertura das negociações com o Governo Federal, a Comissão Mista de Orçamento acabasse por fazer concessões, em relação à rolagem da dívida dos Estados. Cid Carvalho respondeu que a comissão mista de orçamento não rejeitava a oportunidade da busca de uma solução negociada, mas jamais iria se curvar perante o Executivo, fazendo uso pleno dos poderes conferidos pela nova Constituição.